



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Relatório de Atividades

1º trimestre de 2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
GOVERNANÇA DO TCE-ES	5
Visão Geral Organizacional	5
Planejamento Estratégico	6
Projetos Prioritários	7
Unidades de Apoio à Governança do TCE-ES	10
Corregedoria	10
Controle Interno	10
INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE	12
Ferramenta de Controle Social: Painel de Controle	12
Ferramenta de Pesquisa de Precedentes: Jurisprudência Selecionada	12
Ouvidoria	13
Gestão da Comunicação	14
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	18
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	19
Gestão de Pessoas	19
Gestão Educacional	20
Gestão Orçamentária e Financeira	21
Gestão Documental	21
Gestão da Tecnologia	22
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	25
Saúde	25
Educação	27
Meio Ambiente e Saneamento	27

Finanças Públicas _____	28
Despesas com Pessoal _____	28
Obras Públicas _____	28
Contratações Emergenciais _____	29
Auxílio Emergencial _____	30
Gestão de Riscos _____	30
Contrato de Concessão _____	30
ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS _____	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	33
ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL _____	35

INTRODUÇÃO

O ano de 2021 inicia-se com a permanência do cenário de pandemia no país, exigindo o estabelecimento de estratégias desafiadoras perante este contexto. Neste sentido, o modelo de teletrabalho ainda vigora no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), o que exige inovação contínua nos métodos de trabalho da Corte.

No 1º trimestre de 2021, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o TCE-ES executou importantes ações e alcançou resultados positivos, tanto na área do controle da gestão pública quanto na área administrativa.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§ 1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, § 4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades, que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração do relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCE-ES.

GOVERNANÇA DO TCE-ES

Visão Geral Organizacional

O TCE-ES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCE-ES compõe-se de sete conselheiros, três conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.

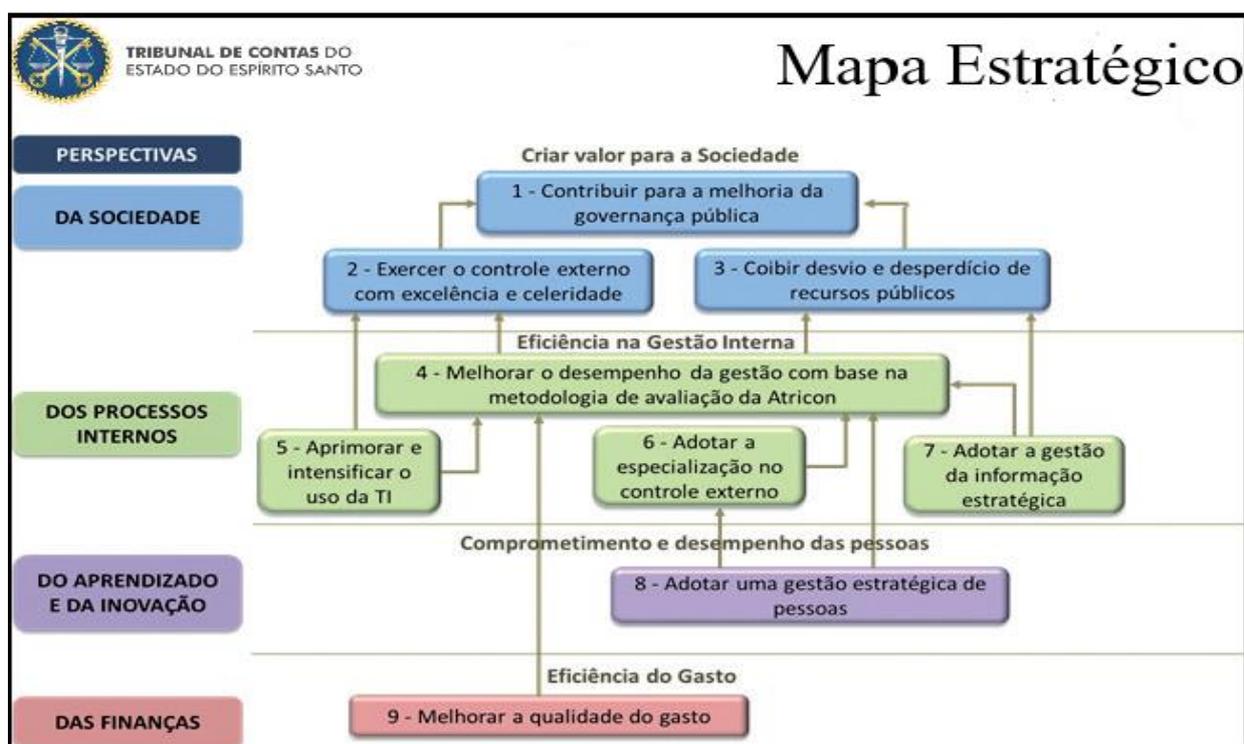
Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma moderna técnica gerencial que contribui para o alcance dos resultados almejados, mediante orientações concisas, evidentes, coerentes e harmoniosas que contempla os objetivos a serem perseguidos por toda a organização.

Devido às circunstâncias provocadas pela pandemia (COVID-19), o atual Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, que estabelece a estratégia e direciona o comportamento e o desempenho institucional, é uma readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021.

No documento foram mantidas a Identidade Organizacional (missão, visão e valores) e o Mapa Estratégico e foi refeita a Matriz Swot, com objetivo de realinhar os indicadores, metas e iniciativas aos objetivos estratégicos previstos naquele plano, com foco no que deve ser priorizado para 2021. A seguir consta o Mapa Estratégico do TCE-ES:

Figura 1 - Mapa Estratégico do TCE-ES



Fonte: adaptado de Asgov

Os objetivos definidos no Mapa Estratégico do Plano Estratégico 2016-2020 foram a referência para a definição das iniciativas, indicadores e metas relacionados ao Plano Estratégico 2021.

Ressalta-se que para o objetivo 6, referente à adoção da especialização no controle externo, não foram contempladas ações para o ano de 2021, tendo em vista que o Tribunal já organizou a sua estrutura e atuação em eixos de controle da gestão fiscal, na avaliação de políticas públicas e no estímulo à eficiência das aquisições governamentais, sendo, portanto, desnecessária, neste momento, a definição das iniciativas, indicadores e metas relacionados ao objetivo, considerando o completo atingimento do seu propósito.

Assim, com as prioridades para o ano de 2021 definidas, há necessidade de realizar o monitoramento periódico das ações realizadas, no intuito de verificar o alinhamento e o avanço das atividades em relação ao alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos. No monitoramento realizado no 1º trimestre de 2021 foram constatadas as seguintes informações:

Na readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021 foram previstos 13 indicadores e metas relacionados a 8 objetivos estratégicos. Após a realização do monitoramento das ações propostas para 2021, observou-se que as iniciativas para 10 indicadores serão realizadas neste ano e, neste caso, permanecerão sendo acompanhadas pelas unidades responsáveis, tendo os relatórios de monitoramento acerca do desempenho da estratégia elaborados periodicamente pela Asgov.

Os 3 indicadores que não serão medidos referem-se a ações de controle externo, assim sendo, para a não inclusão de iniciativas relacionadas a estes indicadores no planejamento da área de controle externo foi realizada ampla análise e revisão da estratégia pelas unidades que compõe a estrutura da Secretaria Geral de Controle Externo (Segex), com a oportuna aprovação pelo Plenário do TCE-ES por meio da Decisão Plenária Nº 1, de janeiro de 2021, que aprovou o Plano Anual de Controle Externo, a ser executado no exercício de 2021.

Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

Complementando esse fato, os projetos guardam vínculo com o Plano Estratégico, e devem ser concebidos, dentre outros motivos, para o desenvolvimento de soluções que

resultem na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

A atual gestão do TCE-ES tem como pilares de atuação a garantia da gestão fiscal responsável, a efetividade das políticas públicas sociais e a eficiência das aquisições governamentais, além de estabelecer como foco estratégico para o ano de 2021 o alcance de melhores resultados nos indicadores do Marco de Medição e Desempenho (MMD-TC). Assim, além do vínculo com o Plano Estratégico, os projetos do ano de 2021 foram priorizados tendo como base tais premissas, conforme observa-se a seguir:

Quadro 1 - Projetos Prioritários 2021

	Projeto	Escopo
1	Plano Estratégico do TCEES	Elaborar Plano Estratégico do TCEES.
2	Escola de Contas TEC	Aperfeiçoar a criação e gestão das Ações Educacionais a distância promovidas pela Escola de Contas Públicas, por meio da adoção de novas tecnologias e metodologias ativas. O escopo envolve a finalização da instalação do estúdio de gravação e a criação de painéis de controle com os indicadores gerenciais da Escola de Contas.
3	Sistema de Pesquisa de Normativos	Desenvolver ferramenta de pesquisa de normativos que possa auxiliar na execução da atividade de organização e de disponibilização dos atos normativos, facilitando a consulta pelos usuários.
4	Avaliação de Desempenho com Foco em Competências	Desenvolver e implantar metodologia de Avaliação de Desempenho com foco em Competências no âmbito do TCEES.
5	Processo de Gestão Administrativa (2021)	Especificar e desenvolver sistema para que o TCEES atenda às exigências do CidadES - Contratação; acompanhar as contratações realizadas pelo TCEES.
6	Observatório de Desempenho Institucional (2021)	Revisar e atualizar o Observatório de Desempenho Institucional para possíveis atualizações e melhorias do sistema, ante as sugestões das demais áreas do Tribunal e as necessidades verificadas pela Corregedoria.
7	Carta de Serviços Eletrônica	Sistematizar as informações sobre os serviços prestados pelo Tribunal constantes na Carta de Serviços ao Usuário.
8	Rede TCE-ES de Ouvidorias Integradas	Fomentar a implantação e/ou aperfeiçoamento das Ouvidorias dos Jurisdicionados, como também integrar suas atividades e a boa prática da prestação dos serviços públicos.
9	Semear Cidadania	Propiciar às crianças de escolas públicas o conhecimento de seus direito e deveres perante à comunidade, ensinar como funciona a estrutura organizacional do país (de maneira geral) e do TCEES, e como podem fazer denúncias acerca de ilegalidades, fraudes e corrupções (fomentando o controle social).

10	CidadES – Contas (2021)	Implantar ambiente de análise de contas PCA 2020. Implantar demonstrativo do art. 42 da LRF. Implantar Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias – Anexo IV do RREO. Implantar Demonstrativo de Alienação de Ativos – Anexo XI do RREO. Realizar estudo dos arquivos da PCA que possam ser gerados a partir da PCM, com consequente adequação do sistema para geração dos demonstrativos que forem definidos. Desenvolver rotina de acompanhamento mensal dos pontos de controle. Revisão e atualização dos normativos associados ao módulo. Realizar atualização de layout, tabulações, demonstrativos, geração da Matriz de Saldos Contábeis. Revisão Geral do RT da PCA 2021, Contas de Governo e Gestão. Revisar e aprimorar consistências e pontos de controle. Realizar cruzamento de dados do módulo Contas com os demais módulos do CidadES.
11	CidadES – Folha de Pagamento (2021)	Implantar ambiente para gestão dos indícios e submissão ao jurisdicionado. Realizar revisão e atualização dos normativos associados ao módulo. Realizar atualização de layout. Revisar e aprimorar consistências e pontos de controle. Realizar cruzamento de dados do módulo Folha de Pagamento com os demais módulos do CidadES.
12	CidadES - Contratação (2021)	Realizar homologação do módulo a partir do recebimento dos dados em ambiente de testes. Promover as adequações no módulo identificadas no período de testes. Implantar módulo. Realizar revisão e atualização dos normativos associados ao módulo. Realizar atualização de layout. Revisar e aprimorar consistências.
13	Seleção de Ações de Controle (2021)	Apresentar estudo sobre viabilidade de ferramentas e sistema de seleção de ações de controle.
14	Painel de Controle (2021)	Evoluir os painéis do estado e das prestações de contas, painéis de pessoal e saúde. Implantar painéis para acompanhamentos das determinações expedidas em pareceres prévios, painéis referentes ao acompanhamento do planejamento governamental, da previdência estadual e da educação.
15	CidadES - Atos de Pessoal (2021)	Especificar as remessas necessárias ao recebimento dos dados referentes aos atos de concessões de aposentadoria.
16	Painel de Concessões Comuns e PPPs	Implantar funcionalidades no e-TCEES para cadastramento dos dados relacionados às concessões comuns e PPPs. Implantar painéis no Painel de Controle que permitam o acompanhamento, por usuários externos e internos, das concessões comuns e PPPs existentes no Estado do Espírito Santo.
17	Parecer Prévio Reconhecido e Transparente	Promover ações coordenadas para promoção do reconhecimento dos pareceres prévios emitidos pelo TCEES, como instrumento de transparência, controle social e fortalecimento da cidadania.
18	Qualidade da Informação Contábil (QUALI.CONTAS)	Promover ações coordenadas para promoção da melhoria da qualidade das informações contábeis prestadas pelos municípios ao TCEES por meio do módulo do CidadES Contas.
19	Controle Concomitante e Acompanhamento	O objetivo do projeto é diferenciar as diversas formas de se fazer controle concomitante no TCEES, com e sem a utilização do instrumento de fiscalização denominado "Acompanhamento" e elaborar um manual de acompanhamento. Estão no escopo do projeto: 1. Benchmark (como são efetuados o controle concomitante e o acompanhamento nos demais tribunais de contas); 2. Levantamento de atividades de controle concomitante no TCEES; 3. Definição de quando o controle concomitante deve lançar mão do instrumento de fiscalização acompanhamento e quando ele não é necessário; 4. Elaboração do manual de acompanhamento do TCEES.

Com base no monitoramento dos projetos realizados no 1º trimestre de 2021, os projetos Plano Estratégico do TCEES, Seleção de Ações de Controle, Painel de Controle, Parecer Prévio Reconhecido e Transparente e QUALI.CONTAS encontravam-se em fase de planejamento e os demais projetos estão em fase de desenvolvimento.

Unidades de Apoio à Governança do TCE-ES

Corregedoria

A Corregedoria do TCE-ES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2020-2021, o Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e a prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

No 1º trimestre de 2021, dentre as atividades realizadas pela Corregedoria, destacam-se a elaboração do Plano de Ação 2021 da unidade, o desenvolvimento do projeto “Observatório de Desempenho Institucional” – ODI, além de instruções de denúncias e investigações preliminares.

Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCE-ES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

No 1º trimestre de 2021, o NCI realizou as seguintes atividades de natureza técnica, no âmbito de suas competências regimentais:

Realização de auditoria de gestão com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCE-ES, através do acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e do Relatório de Gestão Fiscal do TCE-ES, referente ao 3º quadrimestre de 2020, conforme consta no Processo TC nº 00356/2021-3.

No que tange à Prestação de Contas Anual do TCEES, referente ao exercício de 2020, o NCI produziu o Relatório de Atividades realizadas pela unidade de Controle Interno

(RELACI) e o Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno na Prestação de Contas Anual (RELUCI), abordando pontos de controle aplicados às amostras selecionadas segundo os critérios de risco, considerando-se os aspectos de materialidade, relevância e criticidade, em consonância com os pontos de controle constantes do Anexo III da Instrução Normativa TC nº 68, de 8 de dezembro de 2020. Foram verificados, no total, 15 pontos de controle, além da análise formal de conformidade das peças e documentos necessários à constituição da prestação de contas do TCEES (Processo TC nº 00219/2021-1), nos termos do Anexo III da IN 68/2020, e do parecer acerca da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal da instituição.

INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ferramenta de Controle Social: Painel de Controle

O TCE-ES conta com uma ferramenta facilitadora e eficaz, denominada Painel de Controle, para que a sociedade acompanhe as alocações dos recursos públicos. Este instrumento garante o cumprimento de um dos valores do TCE-ES, a saber, “transparência”, que consiste em comunicar à sociedade seus atos, ações e resultados de forma ativa, clara, objetiva, tempestiva e acessível.

Em sua última atualização, o Painel de Controle incluiu um panorama sobre a área da Saúde no Estado, onde qualquer pessoa pode visualizar a localização do serviço de saúde mais próximo, a quantidade de leitos, equipamentos, gastos e muito mais através do acesso ao site paineldecontrole.tcees.tc.br.

Para 2021, a expectativa é continuar fornecendo informações atualizadas que permitam o acompanhamento da gestão pública dos municípios e do Estado do Espírito Santo. Além de aprimorar as informações já exibidas, também pretende-se acrescentar novos painéis sobre parcerias público privadas; planejamento governamental; previdência do Estado; e educação.

Ferramenta de Pesquisa de Precedentes: Jurisprudência Seleccionada

Jurisprudência Seleccionada é o sistema que substituiu o Mapjuris, utilizado até então para pesquisa de precedentes do TCE-ES. Essa nova ferramenta possui filtros adicionais de pesquisa, melhorias na metodologia de trabalho, além de ser integrado ao sistema e-TCEES, o que facilita a busca de informações pelo público interno, além dos jurisdicionados, dos advogados e da área acadêmica, com acesso em destaque pelo portal do Tribunal. Trata-se de uma plataforma de pesquisa de jurisprudência totalmente aprimorada com o que há de mais moderno em tecnologia de pesquisa de dados.

Uma das principais vantagens deste novo sistema são as diversas alternativas de refinamento do resultado na pesquisa e a integração da busca de maneira textual, por assunto ou pela referência legal. Outra melhoria é a possibilidade de vinculação de resultados sobre um mesmo assunto, facilitando a uniformização da jurisprudência, bem como a permissão para que o usuário possa fazer pesquisa específica de enunciados, e não apenas de excertos.

Para o ano de 2021, será feita uma avaliação para medir a satisfação dos usuários e, também, para coletar sugestões de melhoria no sistema, objetivando torná-lo o melhor possível para quem o utiliza.

Ouvidoria

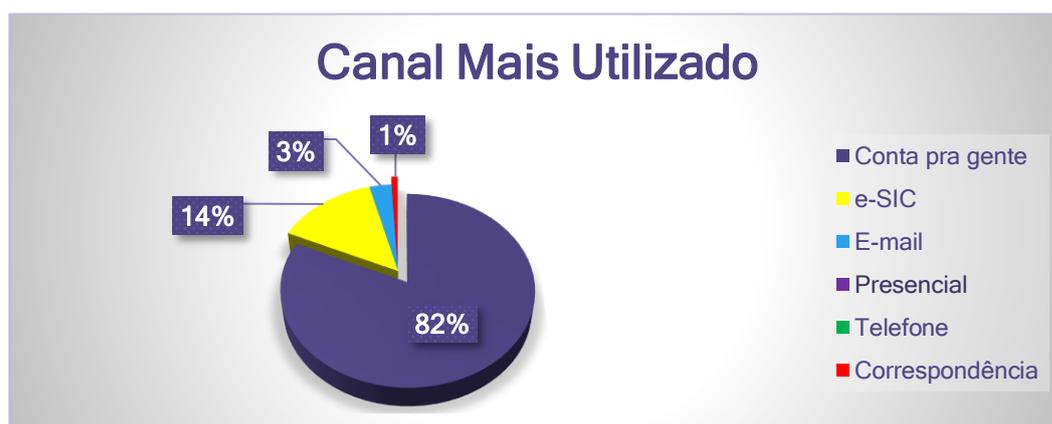
Um outro canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública é a Ouvidoria. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCE-ES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a coparticipação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCE-ES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 1º trimestre de 2021, a Ouvidoria do TCE-ES realizou o registro de 226 demandas, sendo 194 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 32 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações é o sistema Conta pra Gente, com o recebimento de 185 manifestações, o que correspondeu a 82% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Canal Mais Utilizado



Fonte: Ouvidoria

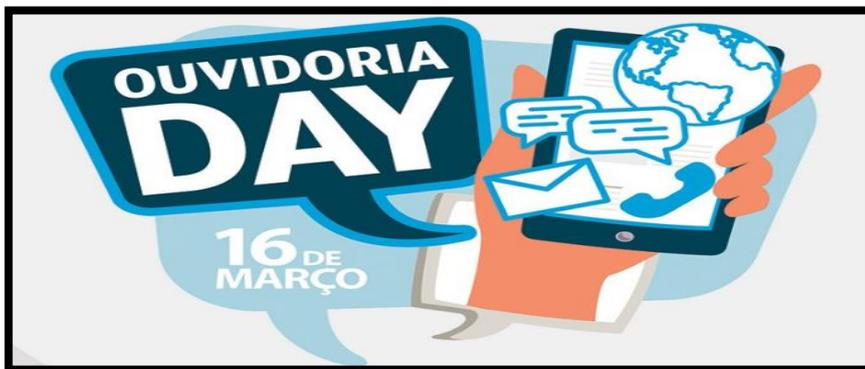
Ressalta-se que a produtividade da Ouvidoria no 1º trimestre de 2021 teve um aumento de 26% quando comparada a quantidade de manifestações atendidas no 1º trimestre de 2020. Foram atendidas todas as 175 manifestações recebidas dentro do prazo legal (Leis nº 12.527/2011 e 13.460/2017), alcançando a meta estabelecida para o período.

Sobre o índice de satisfação do usuário acerca do atendimento prestado pela Ouvidoria, aponta-se, no período, o recebimento de 39 avaliações (33 no sistema “Conta pra Gente” e 06 no sistema e-SIC), sendo que em 37 avaliações (95%) os usuários avaliaram o atendimento como “muito satisfeito”.

Destaca-se ainda o evento “Ouvidoria Day” que aconteceu no dia 16 de março de 2021, promovido pela Ouvidoria do TCE-ES, com o apoio do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), em uma ação conjunta com as demais Ouvidorias dos tribunais de contas do Brasil.

O evento, que foi realizado em comemoração ao Dia do Ouvidor e teve abrangência nacional, destacou a importância das Ouvidorias como instrumento de controle social e sua contribuição para o fortalecimento da democracia, por meio da participação social.

Figura 2 – Logotipo de Apresentação do Ouvidoria Day



Fonte: intranet

Gestão da Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, visando a transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCE-ES, e redes sociais, como o Facebook, Instagram (que conta com mais de 8.000 seguidores) e Twitter, o TCE-ES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet. No quadro 2 estão dispostos dados acerca da atuação da Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Quadro 2 - Principais atividades da ASCOM

Principais atividades de comunicação	1º trimestre de 2021
Jornalismo	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	42
Nº de entrevistas coletivas	3
Nº de releases/notas/artigos enviados à imprensa	13
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	621
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 3.548.715,59
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	123
Nº de notícias inseridas na Intranet	86
Rede social - Instagram	
Nº de seguidores novos	362
Nº de posts – <u>Stories</u>	324
Nº de interações - <u>Stories</u> (saídas, respostas, click link, click voltar, click avançar, votos)	122.037
Nº de posts – <u>Feed</u>	52
Post de maior alcance – <u>Feed</u>	3.309
Nº de interações (likes, comentários, saved) – <u>Feed</u>	5.437
Nº de vídeos – IGTV	6
Nº de reels	4
Audiovisual	
Nº de vídeos produzidos (campanhas internas, IGTV e reels)	
Nº de episódios de podcasts produzidos	7
Design gráfico	
Relatórios e apresentações	

Fonte: ASCOM

Pelos dados apresentados é notória a importância da ferramenta Instagram para a divulgação de informações, notícias e afins. Atualmente, a plataforma favorece as publicações de *reels*, uma espécie de vídeo, curto, de 15 ou 30 segundos. Utilizando essa estratégia, a ASCOM passou a investir mais no produto para divulgação de determinados assuntos e o resultado foi um alcance muito maior, se comparado com outras publicações.

O primeiro *reels* postado foi em 4 de fevereiro, ainda como “teste”, sobre uma reunião presencial dos gestores da área técnica. Em poucas horas, o produto alcançou mais de 2 mil visualizações. Ao todo, foram produzidos quatro *reels* no 1º trimestre, com média de 3,2 mil visualizações.

As divulgações das fiscalizações foram, ainda, as responsáveis pelos conteúdos com maior alcance e mais visualizações no Instagram do TCE-ES. Ao todo foram 16 postagens no *feed* sobre as ações. Dentre elas, o *reels* que mostra a saída dos auditores da sede da Corte para as fiscalizações *in loco* nas unidades de saúde dos municípios capixabas. O conteúdo registrou 4.193 visualizações, 344 curtidas e 45 comentários.

Em seguida, destaca-se o *post* sobre a cautelar do TCE-ES para os municípios adequarem as redes de frios para armazenamento de vacinas. A publicação alcançou mais de 3,3 mil pessoas, com mais de 380 interações.

Na sequência, entre os *posts* de mais resultado, com mais de 3 mil visualizações, está a publicação sobre o posicionamento do presidente, conselheiro Rodrigo Chamoun, com o tema “No Espírito Santo não haverá espaço para negacionistas”.

As postagens podem ser acessadas pelos seguintes links:

<https://www.instagram.com/p/CL7Z-pUjRuF/>

<https://www.instagram.com/p/CMxxkVsjsrR/>

<https://www.instagram.com/p/CMkY1sqjnT8/>

A ASCOM, em ação alinhada com a presidência do TCE-ES, estabeleceu ainda uma nova estratégia para divulgação das fiscalizações, em especial as relacionadas à Covid-19, com a premissa de que dar publicidade às ações da Corte apenas no momento do julgamento seria intempestivo e não surtiria o efeito desejado – qual seja, ação rápida de gestores e acompanhamento pela sociedade do relevante trabalho do Tribunal. Ao noticiar as etapas do desenvolvimento desses processos, bem como decisões, recomendações e determinações, a população capixaba pode ter a real dimensão da atuação do Tribunal na garantia da qualidade dos serviços públicos prestados.

Sendo assim, uma equipe da Ascom foi autorizada a acompanhar auditores em campo, registrando com fotos e vídeos a visita a unidades básicas de saúde em todo o Estado. Esse material foi fundamental na divulgação do trabalho, sendo amplamente utilizado pela imprensa, inclusive nas redes de televisão.

Clique e confira alguns dos destaques:

<https://www.tcees.tc.br/intranet/na-midia-confira-a-repercussao-da-visita-do-tce-es-a-unidades-de-saude/>

<https://www.tcees.tc.br/intranet/fiscalizacao-do-tribunal-de-contas-e-destaque-na-imprensa/>

<https://www.tcees.tc.br/intranet/armazenamento-de-vacinas-tce-es-e-destaque-na-imprensa/>

Ainda sobre a repercussão das ações do TCE-ES na mídia, ressalta-se que foram publicadas 621 matérias sobre a Corte no 1º trimestre, sendo 73,1% positivas, as demais foram classificadas como neutras. O tempo ocupado em redes de televisão foi de 4h47.

O espaço ocupado pelo TCE-ES em mídia espontânea (conquistado em veículos ou canais de comunicação de terceiros sem que haja recompensa financeira) alcançou o valor de R\$ 3.548.715,59.

Ainda no 1º trimestre do ano, a Ascom também desenvolveu ações de destaque para impactar seus principais públicos de interesse, por meio de vídeos produzidos pelo setor. Para a sociedade e jurisdicionados, a Corte lançou a campanha “Pandemia – 1 ano: TCE-ES é protagonista na modernização do serviço público”. Neste vídeo, foram destacados os impactos da pandemia no trabalho da Corte, além de mostrar como o TCE-ES se reinventou para enfrentar os novos desafios e continuar cumprindo sua missão institucional. O material mostra o trabalho dos servidores em teletrabalho, na Corte, em campo e destaca os resultados obtidos pelo Tribunal, desde a declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Visando o público interno, a principal ação do trimestre foi a homenagem às mulheres do Tribunal de Contas, no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Com o tema “Somos muitas, somos únicas”, a Ascom retratou a rotina de três servidoras com perfis completamente diferentes. Uma técnica, cadeirante, que supera sua adversidade natural com garra e determinação; uma auditora, mãe, que vive com foco e afinco para dar conta da rotina puxada; e de uma estagiária, jovem, iniciando sua jornada com muita força de vontade.

Apenas no Instagram, os dois vídeos tiveram 2.879 visualizações, receberam 56 comentários e 310 curtidas. As campanhas podem ser acessadas pelos links a seguir:

<https://www.instagram.com/tv/CMhpcr1jQwc/>

<https://www.instagram.com/tv/CMIZ9r2jp8q/>

Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCE-ES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCE-ES. No 1º trimestre de 2021, o MPC emitiu 33 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 103.902,77), R\$ 54.713,33 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 49.189,44 foi devolvido aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro 3:

Quadro 3 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCE-ES no 1º trimestre de 2021.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCE-ES	1º trimestre de 2021
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais*	R\$ 54.713,33
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos*	R\$ 49.189,44
Total	R\$ 103.902,77

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCE-ES.

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

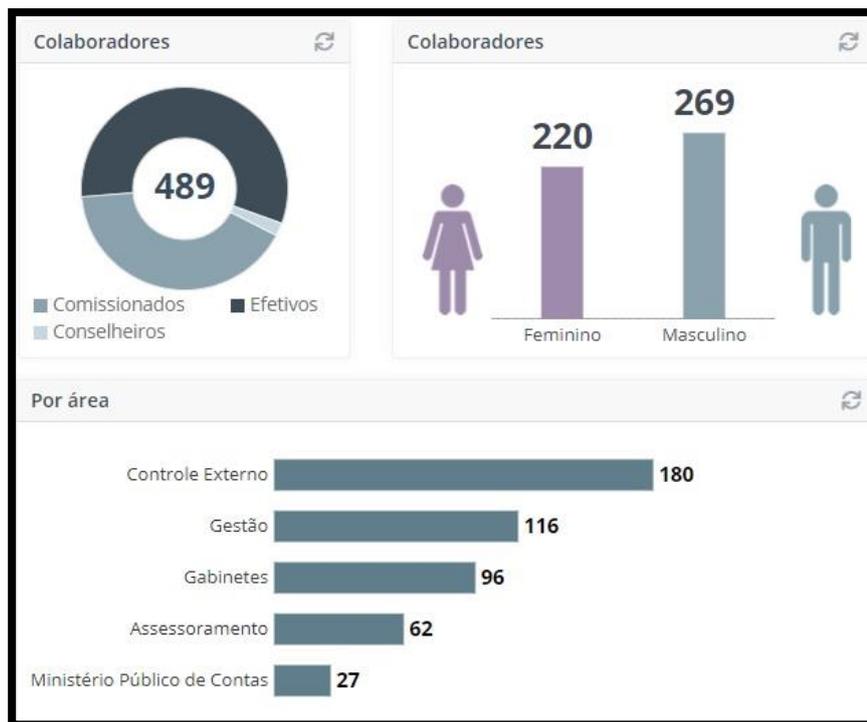
Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 1º trimestre de 2021 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos.

Gestão de Pessoas

O TCE-ES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCE-ES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

Figura 3 - Quadro de pessoal TCE-ES



Fonte: sistema e-TCEES

Dos 489 colaboradores, 57% são efetivos, 41% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCE-ES.

Gestão Educacional

O TCE-ES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No 1º Trimestre de 2021, houve a participação de 1.041 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela ECP em modalidade virtual.

No quadro 4 seguem números que demonstram a evolução de cursos e expansão da capacitação pela ECP.

Quadro 4 - Resultados da capacitação

Resultados da capacitação	1º trimestre 2021
Eventos	
Eventos para servidores do TCEES	
Interno (promovido pelo TCEES)	-
Externo (promovido por outras instituições)	4
Iniciativa do servidor	-
Outros eventos	-
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	-
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	4
Pessoas capacitadas	
Servidores e membros do TCEES	31
Jurisdicionados (Presencial)	0
Jurisdicionados (EAD)	1.010
Horas de capacitação	
Servidores e membros do TCEES	448
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	2.443

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$140.000,00 foram utilizados R\$ 72.287,67 para capacitação no 1º trimestre.

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCE-ES para o exercício de 2021 apresentou dotação orçamentária de R\$ 174.706.419,00. O Quadro 5 apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.

Quadro 5 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	170.201.146,00	170.201.146,00	126.553.068,07	32.099.806,05	31.876.369,16
Pessoal	141.786.565,00	141.786.565,00	112.521.319,49	27.463.043,80	27.239.904,32
Pessoal - Ativo	112.786.565,00	112.786.565,00	112.521.319,49	27.463.043,80	27.239.904,32
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	29.000.000,00	29.000.000,00	-	-	-
Outras despesas (custeio)	28.414.581,00	28.414.581,00	14.031.748,58	4.636.762,25	4.636.464,84
Despesas de capital (investimento)	4.505.273,00	4.505.273,00	2.236.187,12	182.636,62	182.636,62
Total Geral	174.706.419,00	174.706.419,00	128.789.255,19	32.282.442,67	32.059.005,78

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise – 1º trimestre.

⁽²⁾ Valores relativos ao repasse do aporte ao RPPS - Fundo Financeiro a partir de janeiro de 2021 passaram a ser realizados de forma extra orçamentária.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

Importante ação ocorrida no período foi o repasse da quantia de R\$ 20 milhões do TCE-ES, advinda da reserva financeira do órgão, ao governo do Estado. Esta transferência de valor visou o aumento do benefício assistencial do Cartão ES Solidário, criado pelo governo do Estado para assistir às famílias em vulnerabilidade social nesse momento de agravamento da pandemia. Esta ação fez com que o Estado aumentasse o valor do benefício de R\$ 150,00 para R\$ 200,00 mensais e houve também o aumento em cerca de 17.330 a mais de famílias beneficiadas por essa medida social.

Gestão Documental

O TCE-ES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle dos Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 6 constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 6 - Atividades NCD

Atividades NCD	1º trimestre de 2021
Correspondências expedidas	231
Correspondências recebidas	757
Nº de processos arquivados	3.135
Nº de atendimentos online	594
Nº atendimentos presenciais	490

Fonte: NCD

Gestão da Tecnologia

O TCE-ES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que vem possibilitando a manutenção do teletrabalho sem que houvesse a paralisação das atividades da Corte. No quadro 7 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 7 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	1º trimestre 2021
Estações de trabalho	668
Servidores com acesso aos recursos da rede	573
Número de chamados resolvidos no período	2164
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4
Sistemas em funcionamento	69
Desenvolvidos pela STI	57
Adquiridos de terceiros	12

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 8 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a SMPC na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados pelo TCEES.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das

	áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de Achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
PACE - Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: Visão geral de processos; Prazos de julgamento de processos de controle externo; Prazos de tarefas; Prazos no setor; Processos prioritários de acordo com a Resolução 300/2016; Execução orçamentária; Gestão do Orçamento; Visão geral de processos administrativos; Recursos Humanos; Fiscalizações; Deliberações; etc. Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.
Painel de Acompanhamento do MMD	Painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCE-ES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV; Quadro Analítico: exibem-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.

Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à folha de pagamento.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)	Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012. Atualmente é utilizado apenas para consulta.

Fonte: SGTI

AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas, anualmente, pelo TCE-ES estão discriminadas no seu Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é um instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 1º trimestre de 2021 foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e relacionados a atos concessórios e de admissão enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Além disto, mesmo em tempo de pandemia, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas as seguintes temáticas:

Saúde

Foi realizada fiscalização, na modalidade acompanhamento, em que foi produzido relatório que versa, principalmente, sobre os planos de imunização dos municípios e outro relatório que trata da fiscalização *in loco* nas salas de vacinação que objetivou identificar, dentre outras questões, se a rede de frios dos municípios encontrava-se preparada para o armazenamento e refrigeração dos imunizantes contra a Covid-19, se os municípios possuíam computadores com Internet para realizar os registros e se as instalações das salas de vacinação encontravam-se adequadas para o atendimento da população.

Como resultado aponta-se que os 78 municípios já foram notificados tanto da necessidade de alteração de seus Planos Municipais de Imunização (1º Relatório) como também da necessidade da adequação da rede de frios municipais e da necessidade de oferecimento de capacitação para os profissionais da vacinação.

Ressalta-se que a atuação preventiva do TCEES antes que um quantitativo maior de vacinas contra a Covid-19 chegasse aos municípios do Estado permite que possíveis deficiências na operacionalização, armazenamento e guarda dos imunobiológicos possam provocar perdas desnecessárias, desvios e falta de controle na execução da vacinação, o que poderia comprometer a efetividade do programa, pois não basta apenas atingir a meta da vacinação, é necessário que a população receba imunizantes seguros e com suas propriedades imunobiológicas preservadas. Além disso, acredita-se que esta atuação do

TCEES tenha o potencial de deixar um legado para os municípios, contribuindo para a melhoria da qualidade da imunização, inclusive de rotina, daqui em diante.

Figura 4 - Registro da Equipe in loco



Fonte: Acervo do TCE-ES

Outra ação importante na área da saúde refere-se à fiscalização, também na modalidade de acompanhamento, em que foi elaborado relatório acerca da capacidade das prefeituras para evitar e desfazer aglomerações, avaliar se as normas municipais existentes são suficientes para a aplicação de sanções em caso de descumprimento das regras estabelecidas para evitar ou desfazer as aglomerações, se são realizadas fiscalizações ordinárias para evitar ou desfazer aglomerações e se todas as denúncias de aglomerações estão sendo atendidas.

Desta fiscalização também foi produzido relatório contendo informações acerca da verificação quanto à compatibilidade dos atos expedidos pelos municípios com o Decreto Estadual 4838-R, de 17 de março de 2021, que estabeleceu, para o período de 14 dias, medidas extraordinárias de restrição à circulação de pessoas e suspensão de atividades em todo o território do Estado, visando evitar maior contaminação e propagação do vírus causador da Covid-19.

Das análises realizadas, foram identificados como achados a ausência de publicação de ato normativo para fazer cumprir as medidas restritivas impostas pelo Decreto Estadual 4838-R, de 17 de março de 2021, em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus e ato normativo municipal em desconformidade com as diretrizes do citado Decreto.

Como resultado desta fiscalização, aponta-se a recomendação, pelo TCEES, aos 78 municípios capixabas quanto à proibição, durante o período do carnaval, entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 2021, de realização de eventos, blocos, trios elétricos, desfiles

carnavalescos, shows artísticos, veículos e instrumentos amplificadores de som, entre outros, que poderiam proporcionar aglomeração de pessoas.

Destaca-se também a recomendação a dez municípios para revogar e/ou alterar o ato publicado em desconformidade com o Decreto Estadual 4838-R, de 17 de março de 2021, publicando novo ato.

Pode-se, ainda, apontar como benefício potencial desta fiscalização, que a atuação tempestiva do TCEES tem propiciado um incremento da eficiência das medidas adotadas para evitar aglomerações no Estado do Espírito Santo, contribuindo desta maneira para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Educação

No período, foi elaborado o primeiro relatório de acompanhamento sobre o retorno às aulas e ainda foi realizado o planejamento da próxima fiscalização desta temática.

O relatório elaborado apontou a inexistência de planejamento prévio e de Plano Estratégico de Prevenção e Controle – PEPC para o retorno das atividades presenciais, ausência de capacitação sobre o protocolo sanitário de retorno às atividades presenciais, inexistência de insumos de higiene necessários para o retorno das atividades escolares presenciais.

Também foi verificada a ausência de medidas que viabilizem o retorno dos alunos ao sistema escolar, a falta de programas de recuperação de aprendizagem destinados a suprir as lacunas identificadas nos objetivos de aprendizagem e habilidades que se buscou trabalhar nas atividades não presenciais e, ainda, os destinados aos alunos sem acesso adequado às atividades pedagógicas não presenciais.

Como resultado, foram expedidas determinações e recomendações que tendem a aprimorar a política pública de educação no Estado do Espírito Santo durante as restrições impostas pela pandemia.

Meio Ambiente e Saneamento

No período, houve análise técnica de 15 processos de representação relacionados a editais de licitação e acerca da execução de contratos de prestação de serviços, sendo 8 referentes a limpeza urbana e coleta de lixo e 7 processos relativos a tratamento de água e saneamento.

Finanças Públicas

No trimestre, foi finalizado o acompanhamento dos impactos das ações governamentais contra a covid-19 nas finanças públicas estadual e municipais, com a finalidade de subsidiar possíveis ações de controle externo, elaborar o Painel de Controle e, ainda, subsidiar a apreciação ou julgamento das contas prestadas pelos chefes de poderes e órgãos estaduais e municipais.

Ainda durante a fase de execução da fiscalização, foram geradas informações que subsidiaram o acompanhamento da gestão fiscal do Estado e dos municípios capixabas e a elaboração de edições mensais e extraordinárias do Boletim da Macrogestão Governamental. Em 2021, foi elaborado e divulgado a edição do Boletim da Macrogestão Governamental do mês de dezembro de 2020.

Figura 5 - Boletim da Macrogestão Governamental



Fonte: <https://www.tcees.tc.br/wp-content/uploads/formidable/130/Boletim-Macrogestao-Governamental-dez-2020-v2-02-03-2021.pdf>

Despesas com Pessoal

No período, foi iniciada fiscalização, na modalidade levantamento, nos municípios acerca dos atos e despesas com pessoal que infringem o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o art. 8º da Lei Complementar 173/2020. A fiscalização encontra-se em fase de execução.

Obras Públicas

A execução de obras vinculadas às redes escolares também está sendo objeto de acompanhamento pelo TCEES, a fim de possibilitar o acerto dos serviços durante o

processo de fiscalização que ocorrerá entre 25/02/2021 a 10/12/2021. Inicialmente foram elencadas 4 obras para este acompanhamento concomitante, envolvendo os municípios de Vitória, Vila Velha, Marataízes e Linhares.

Destaca-se também, no período, o início da fiscalização, do tipo Inspeção, para avaliar as condições da obra relativa à drenagem da cobertura do Terminal de Itaparica, no intuito de identificar a possibilidade de dano ao erário, bem como a adequação dos procedimentos adotados e propostos pelo jurisdicionado para solucionar o problema decorrente desta contratação.

Também teve início no trimestre a auditoria de obras nas unidades de saúde e de pronto atendimento executadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Vila Velha, com enfoque na execução da obra da Unidade de Saúde da Família do Bairro Divino Espírito Santo.

Outra ação relevante refere-se aos principais procedimentos licitatórios, elencados a partir de critérios de risco, relevância e materialidade, vinculados à área de engenharia, que estão sendo acompanhados de forma concomitante pelo Tribunal, com vistas a atuar preventivamente para a redução de representações vinculadas a licitações na área de engenharia.

No período, houve também a aprovação de dois Relatórios de Levantamento relacionados às obras públicas. O primeiro versa sobre as obras de barragens (terra, concreto, concreto compactado a rolo, mista) que são executadas no Estado do Espírito Santo, e o segundo está relacionado às obras de pavimentação (ruas, estradas e rodovias, urbanas e rurais) executadas pelos municípios do Estado do Espírito Santo. Os resultados destes trabalhos servirão de base para a definição das futuras fiscalizações sobre obras públicas no âmbito deste TCEES.

Contratações Emergenciais

As contratações emergenciais que estão sendo realizadas pelo Estado e pelos Municípios, para ações relacionadas ao enfrentamento da crise provocada pelo novo coronavírus, estão sendo acompanhadas pelo Tribunal com o objetivo de detectar eventuais riscos e indícios de desvio de dinheiro público, favorecimento de empresas, superfaturamento, mudanças legislativas que afrouxem o controle sobre a destinação de recursos e outras possíveis irregularidades.

Este acompanhamento, realizado pelo Núcleo de Inteligência do TCE-ES, permite a adoção de ações imediatas por meio das unidades técnicas do Tribunal de Contas ou instituições parceiras.

Auxílio Emergencial

Estão em andamento a execução de atividades de apoio e controle no procedimento de pagamento do auxílio emergencial a ser pago em 2021, junto à Controladoria Geral da União (CGU) e em trabalho conjunto com a Rede Nacional de Informações Estratégicas (Rede InfoContas), cuja temática é a atuação tempestiva no controle dos repasses federais indevidos para auxílio ao enfrentamento da Covid-19.

Gestão de Riscos

Foi finalizado no trimestre o desenvolvimento do Indicador de Vulnerabilidade Fiscal. Este indicador permitirá aferir se o município avaliado está ou não vulnerável a algum evento no campo fiscal.

Contrato de Concessão

Foi iniciada no período auditoria no contrato de concessão do estacionamento rotativo da Serra, com vistas a verificar o cumprimento contratual com foco em investimentos vinculantes e na efetividade da fiscalização do Poder Concedente.

ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros e dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 1º trimestre de 2021:

Gráfico 2 - Atos Normativos



Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três Conselheiros e dois Conselheiros Substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:

Gráfico 3 - Apreciações e Julgamentos



Fonte: Adaptado de SGS

Nota¹: Estão incluídos nas decisões os processos que foram julgados em bloco/lista, conforme artigos 101, § 6º e 277 do RITCEES c/c artigo 8º, § 2º, inciso III da Resolução 300/2016.

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 45 sessões no 1º trimestre de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o 1º trimestre de 2021, mesmo com os desafios enfrentados em decorrência da situação da pandemia, verifica-se que houve avanço nas diversas áreas de atuação do TCE-ES, especialmente nas ações de controle externo, o que demonstra o compromisso desta Corte em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional.

Dentre as diversas ações que se destacaram no 1º trimestre de 2021, apontam-se:

- ✓ A produtividade da Ouvidoria que aumentou 26% quando comparada a quantidade de manifestações atendidas no 1º trimestre de 2020. Quanto ao índice de satisfação do usuário acerca do atendimento prestado pela unidade, tem-se que 95% dos usuários avaliaram como “muito satisfeito” com o atendimento recebido.
- ✓ O uso de ferramentas, como o Portal TCE-ES, e redes sociais, como o Facebook, Instagram (que conta com mais de 8.000 seguidores) e Twitter, ampliando a cada ano a divulgação de informações e serviços prestados pelo TCE-ES pela internet.
- ✓ O repasse da quantia de R\$ 20 milhões do TCE-ES, advinda da reserva financeira do órgão, ao governo do Estado. Esta transferência de valor visou o aumento do benefício assistencial do Cartão ES Solidário, criado pelo governo do Estado para assistir às famílias em vulnerabilidade social nesse momento de agravamento da pandemia. Esta ação fez com que o Estado aumentasse o valor do benefício de R\$150,00 para R\$200,00 mensais e houve também o aumento em cerca de 17.330 a mais de famílias beneficiadas por essa medida social.
- ✓ A fiscalização, na área de saúde, sobre os planos de imunização dos municípios e sobre a fiscalização *in loco* nas salas de vacinação. Como resultado aponta-se que os municípios já foram notificados acerca da necessidade de alteração de seus Planos Municipais de Imunização e, também, da necessidade da adequação da rede de frios municipais e de oferecimento de capacitação para os profissionais da vacinação.
- ✓ Outra ação importante na área da saúde refere-se à fiscalização acerca da capacidade das prefeituras para evitar e desfazer aglomerações. Como resultado, destaca-se a recomendação, pelo TCEES, aos municípios capixabas quanto à proibição, durante o período do carnaval, entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 2021, de realização de eventos, blocos, trios elétricos, desfiles carnavalescos, shows

artísticos, veículos e instrumentos amplificadores de som, entre outros, que poderiam proporcionar aglomeração de pessoas.

- ✓ Na área da educação, foi elaborado relatório de acompanhamento sobre o retorno às aulas. Como resultado, foram expedidas determinações e recomendações que tendem a aprimorar a política pública de educação no Estado do Espírito Santo durante as restrições impostas pela pandemia.
- ✓ Com base em critérios de risco, relevância e materialidade, vinculados à área de engenharia, ações relacionadas aos procedimentos licitatórios das obras públicas estão sendo acompanhadas de forma concomitante pelo Tribunal, com vistas a atuar preventivamente para a redução de representações vinculadas a licitações na área de engenharia.
- ✓ Outras iniciativas envolvendo temas como meio ambiente e saneamento, finanças públicas, despesas com pessoal, contratações emergenciais e auxílio emergencial também fizeram parte das ações de controle externo desenvolvidas pelo TCE-ES no período.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Presidente do TCE-ES

ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

